

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.38, n.1-2, janeiro/fevereiro 2016

sumário

- 1 AS MUDANÇAS DO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 3 RECESSÃO E ENDIVIDAMENTO FAMILIAR
Guilherme Amorim
- 5 POUPANÇA E FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO
Ana Silvia Martins Franco
- 7 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 10 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SILVIO MAGALHÃES BARROS II - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

MARINA MARUYAMA MORI (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

LEIA RACHEL CASTELLAR (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

AS MUDANÇAS DO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Assim como vários outros indicadores socioeconômicos, os números do mercado de trabalho brasileiro não são animadores. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE, a taxa de desocupação no País atingiu 9,0% no trimestre setembro-outubro-novembro de 2015, com exorbitante alta de 2,5 pontos percentuais em relação a idêntico período do ano anterior.

No prazo de apenas um ano, houve o ingresso de 2,68 milhões de pessoas ao contingente de desempregados, que passaram a somar 9,13 milhões no trimestre encerrado em novembro último, correspondendo ao mais elevado número da série iniciada em 2012 e a um aumento de 41,5% na comparação com igual intervalo de 2014, quando os desocupados totalizaram 6,45 milhões.

O que intriga, e também torna um pouco menos dramática a presente situação, é a constatação de que os salários vêm apresentando certa resiliência diante da forte ampliação da força de trabalho não utilizada. No resultado mais recente, o rendimento médio habitual de todos os trabalhos alcançou R\$ 1.899,00/mês, valor que representou decréscimo real de somente -1,3% no confronto com o período de setembro a novembro do ano retrasado, em continuidade a uma trajetória pouco oscilante observada há algum tempo, destoante do movimento francamente expansionista do número de desempregados (tabela 1).

Como se sabe, tal discrepância tem relação com o aumento da taxa de participação, representada pela População Economicamente Ativa (PEA) como proporção da População em Idade Ativa (PIA), sem a contrapartida da geração de empregos, o que ampliou consideravelmente o total de desocupados. Ademais, a reduzida variação do rendimento médio real deriva, entre outros fatores, de um processo de readequação das organizações privadas ainda não tão intenso quanto à substituição de empregados com remunerações mais altas por trabalhadores com proventos menores, devido aos elevados custos rescisórios, não afetando de modo significativo o quociente entre a massa de salários e o número global de ocupados.

TABELA 1 – NÚMERO DE DESOCUPADOS E RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS - BRASIL - 2014-2015

TRIMESTRE MÓVEL	NÚMERO DE DESOCUPADOS		RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS	
	Número (Mil Pessoas)	Variação em Relação ao Mesmo Trimestre Móvel do Ano Anterior (%)	Valor (R\$)	Variação Real em Relação ao Mesmo Trimestre Móvel do Ano Anterior (%)
Setembro de 2014 a Novembro de 2014	6 450	1,6	1 923	-0,1
Outubro de 2014 a Dezembro de 2014	6 452	6,6	1 933	1,0
Novembro de 2014 a Janeiro de 2015	6 763	8,1	1 949	2,1
Dezembro de 2014 a Fevereiro de 2015	7 401	11,7	1 949	1,1
Janeiro de 2015 a Março de 2015	7 934	12,6	1 949	0,0
Fevereiro de 2015 a Abril de 2015	8 029	14,0	1 940	-0,4
Março de 2015 a Maio de 2015	8 157	18,4	1 935	-0,4
Abril de 2015 a Junho de 2015	8 354	23,5	1 940	1,4
Maio de 2015 a Julho de 2015	8 622	26,6	1 923	2,0
Junho de 2015 a Agosto de 2015	8 804	29,6	1 913	1,0
Julho de 2015 a Setembro de 2015	8 979	33,9	1 916	0,0
Agosto de 2015 a Outubro de 2015	9 077	38,3	1 910	-1,0
Setembro de 2015 a Novembro de 2015	9 126	41,5	1 899	-1,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal

* Diretor-Presidente do IPARDES.

O problema está no fato de que o crescente contingente de desocupados vem reprimindo os salários das pessoas em admissão, com consequente aumento da diferença em relação às remunerações dos já empregados, que não podem ser reduzidas por lei, tornando a substituição de trabalhadores gradativamente mais viável para as empresas, pela compensação dos custos rescisórios. Tanto que, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o diferencial entre os salários médios dos desligados e dos admitidos atingiu 18,0% em dezembro de 2015, acima dos 14,1% registrados em idêntico mês de 2014. No período recente, não obstante as naturais flutuações sazonais, é possível observar clara trajetória ascendente da diferença entre os rendimentos dos trabalhadores nas distintas situações (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - RAZÃO ENTRE OS SALÁRIOS MÉDIOS DOS DESLIGADOS E DOS ADMITIDOS - BRASIL - JANEIRO DE 2013 A DEZEMBRO DE 2015



FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Em outras palavras, há grande possibilidade de queda mais acentuada do salário real médio, não somente por conta da já constatada migração forçada de trabalhadores para outras atividades laborais, não raramente precárias e de baixo rendimento, mas devido também à intensificação da substituição de empregados com remuneração mais elevada, dentro das organizações. Em consequência, a massa salarial no País, hoje ainda pouco oscilante, pode passar a encolher de forma preocupante, com efeitos principalmente sobre os segmentos econômicos exclusivamente dependentes da absorção doméstica, como o comércio e os serviços, que são intensivos em trabalho, tornando cada vez mais factíveis as projeções que apontam para uma taxa de desocupação de até 13% no final de 2016.

Enfim, as presentes mudanças no mercado de trabalho integram, infelizmente, um compulsório e doloroso ajuste macroeconômico posterior a políticas que transformaram o País em ávido consumidor e limitado produtor, estabelecendo uma sensação de bem-estar com prazo de término. Como caminho a ser trilhado para a melhoria continuada do emprego, são necessárias medidas tanto para a geração de postos de trabalho quanto para a evolução da produtividade, evitando assimetrias entre oferta e demanda como as recentemente observadas, que geram, entre outros desequilíbrios, processos inflacionários.

Nessa direção, a tarefa não deve ser fácil, considerando que a estagnação da produtividade brasileira ocorre mesmo em um contexto de melhoria da educação e da qualificação, cabendo citar a evolução da média de anos de estudo entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, que saltou de 6,5 para 7,8 no decênio 2005-2014, de acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Isso sugere que vêm ocorrendo desvios na alocação da mão de obra mais preparada, concentrando-se em atividades que registram baixa ou média relação entre valor adicionado e pessoal ocupado, em detrimento de segmentos mais sofisticados, justamente aqueles que mais sofreram com as políticas “desenvolvimentistas” implantadas nos últimos anos.

O consumo das famílias como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste século jamais foi inferior a 59%, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. Nesse período, dispondo-se de dados anualizados até 2014, houve apenas uma retração do PIB (-0,13% em 2009). Naquele ano, ainda assim, o consumo das famílias cresceu 4,46%. Essa dinâmica baseou-se no crescimento da massa salarial e da oferta de crédito. Concorreram para sustentar esse processo a formalização de vínculos empregatícios, bancarização, estabilidade da moeda, reajustes reais do salário mínimo, para além da instituição do crédito consignado (final de 2003) e de inovações na legislação que embasa o crédito habitacional (alienação fiduciária, patrimônio de afetação e lei do incontestoso).

Entre 2001 e 2014, apenas o ano de 2003 apresentou variação anual negativa no consumo das famílias, equivalente a -0,55%. A taxa de desocupação mensurada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) nesse ano variou entre 10,9% e 13,0%. Entre dezembro de 2002 e o mesmo mês de 2003, o rendimento médio real habitual caiu 10,72%, para inflação de 10,38% (INPC/IBGE).

No terceiro trimestre de 2015, informação mais recente das Contas Nacionais, esse elemento-chave de impulsão da economia acumulava retração anual de -3,02% e -1,80% em quatro trimestres. Nos mesmos recortes temporais, o PIB apresentou quedas de -3,16% e -2,54%, respectivamente. O quadro recessivo é agravado pela deterioração do mercado de trabalho. A última divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE) mensal aponta taxa de desocupação de 9,0% no trimestre terminado em novembro. A comparação com o mesmo período do ano anterior revela quedas de -3,1% no número de empregados no setor privado com carteira, e -3,5% no contingente de empregados sem carteira. Dessas estatísticas são excluídos os trabalhadores domésticos, cujo número elevou-se 3,8% na mesma base de comparação. Supõe-se que os desligados no setor privado passaram a trabalhar por conta própria – a pesquisa registrou elevação de 4,5% entre os assim enquadrados. São 969 mil pessoas, aproximadamente.

A precariedade do quadro é refletida na massa de rendimento médio real habitual, que sofreu contração de -1,7% entre setembro e novembro de 2015 e o mesmo período de 2014. Em novembro, a taxa anualizada de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) chegara a 10,48%. Os efeitos desse ciclo negativo são percebidos no mercado de crédito. Informações do Banco Central mostram que o volume de contratos com uma ou mais parcelas atrasadas por mais de 15 dias, por pessoas físicas, chegou a 5,97% do total em janeiro deste ano. Há doze meses, esse índice registrava 5,24% de atrasos. A inadimplência em empréstimos a pessoas físicas, definida como atraso superior a 90 dias, compreendeu 4,28% dos contratos, contra 3,74% registrados em janeiro de 2015.

O montante de crédito concedido a pessoas físicas, dessa forma, apresenta seguidas contrações. No mês de janeiro do ano corrente, essa cifra – em valores nominais – foi 11,55% inferior à percebida no mesmo mês de 2015. Todas as principais modalidades de crédito apresentaram retração no volume contratado, combinação de custos mais elevados, avaliação mais rígida para aprovações e menor demanda. Destacam-se, nesse contexto, a redução no montante dos empréstimos – com recursos livres – acertados para aquisição de veículos (-29,20%) e contratados em regime de consignação (-23,22%). No tocante ao crédito imobiliário, com recursos direcionados, o quadro não é menos grave. Em 2015, o volume de contratações foi, em termos nominais, 19,42% inferior ao de 2014. Em janeiro de 2016, essa modalidade registrou montante contratado 54,72% menor que o notado no mesmo mês de 2015.

Essa constrição creditícia é claramente percebida na reversão do desempenho do comércio. Os segmentos mais sensíveis às condições de crédito foram particularmente atingidos. Em 2015, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), o volume de vendas de

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

veículos, motocicletas, partes e peças caiu 17,8%, enquanto o de móveis e o de eletrodomésticos também sofreram retrações contudentes (-16,2% e - 12,9%, respectivamente).

Ainda que a Secretaria da Receita Federal diminuísse – ou eliminasse – a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro (IOF) nos empréstimos a pessoas físicas – ou ainda que a inflação entrasse em trajetória declinante no curto prazo, permitindo que o BC reduzisse o volume exigido de depósitos compulsórios e o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciasse ciclo de cortes da taxa básica de juros – qualquer contratação em condições mais favoráveis seria primordialmente destinada a saldar compromissos passados. O consumo das famílias não retornaria, de qualquer modo, a patamares de outrora em horizonte próximo.

Estas seriam, contudo, medidas mais salutares do que nova onda de juros subsidiados, ora restringidos pela prepóstera dinâmica do endividamento público. Segundo o BC, a dívida bruta do governo geral alcançou 67% do PIB em janeiro deste ano. A autoridade monetária admite que essa razão chegará a 71,5% no final de 2016, considerando-se déficit primário de 1% do PIB. Essas projeções desconsideram eventual necessidade de capitalização, por parte do Tesouro Nacional, de Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Uma vez que a taxa de desocupação se estabilize, o endividamento das famílias restringirá a reanimação da economia através da expansão do crédito ao consumo. Dado mais recente do BC, referente a novembro do ano passado, indica que a taxa de endividamento familiar encontrava-se em 45,59% da renda acumulada nos doze meses antecedentes. Excetuando-se as dívidas contraídas para financiamento habitacional, a taxa situava-se em 26,53%. Ambas as relações apresentam queda. A taxa geral atingiu o ápice da série histórica em abril de 2015 (46,37%) e a que desconsidera o crédito habitacional chegou a 31,42% em outubro de 2011. Esta registra decréscimos consecutivos desde o início do último ano.

A expansão dos empréstimos imobiliários, principalmente entre o início de 2010 e meados de 2011, elevou o comprometimento de renda das famílias. O comprometimento é determinado, em médias trimestrais, pelo montante alocado no pagamento de juros e amortização de dívidas em relação à renda das famílias, excluídos impostos e contribuições previdenciárias. Sucintamente, é a proporção que o serviço da dívida representa na massa salarial ampliada disponível (MSAD). A MSAD, por sua vez, é a soma de salários, rendimentos financeiros, benefícios previdenciários e assistenciais.

Em 2015, o comprometimento de renda alcançou patamar superior a 22% da MSAD. A última informação disponível do BC, referente a novembro, situa essa proporção em 22,36%, contra 21,78% no mesmo mês de 2014. A estagnação ou contração da renda tende a elevar essa relação no curto prazo. No médio e longo prazos, há de se considerar a viabilidade de manutenção da fórmula de reajuste anual do salário mínimo, aplicada desde 2007, que pressupõe ganhos reais. Esse mecanismo possibilitou que o piso salarial mantivesse a paridade de 45% do rendimento médio dos ocupados, em 2007 e 2015 (com discretas oscilações nesse período), de acordo com o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV). O efeito dessa fórmula sobre o desequilibrado orçamento da União, especificamente sobre o déficit previdenciário, é insustentável.

O abandono da corrente forma de reajuste, para que a execução orçamentária fosse menos desequilibrada, deterioraria o perfil de crédito das famílias. No final de 2014, os benefícios previdenciários respondiam por 16,46% da MSAD. Caso essa medida ocorresse no bojo de uma reforma fiscal consistente, é possível que a queda na inflação compensasse momentânea coarctação da renda. Uma vez que inexistente praxia para tanto, e a reforma previdenciária ora proposta pelo Executivo é politicamente inexecutável, eventual alteração nessa fórmula tende a ser traumática.

A caderneta de poupança, um dos investimentos mais populares do Brasil, encerrou o mês de janeiro de 2016 com volume de retiradas superior ao volume de depósitos, com saque líquido recorde, desde o início da série histórica em 1995, de R\$ 12,031 bilhões, segundo dados do Banco Central (BC). De acordo com o relatório de depósitos de poupança, o total de depósitos no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) mais o Sistema de Crédito Rural foi de R\$ 149,561 bilhões, em janeiro, enquanto as retiradas somaram R\$ 161,593 bilhões.

Esse resultado teria sido ainda pior, não fosse o ingresso de R\$ 3,417 bilhões no dia 29 de janeiro, último dia útil do período, pois até o dia 28 o saldo era negativo em R\$ 15,449 bilhões. Devido às aplicações automáticas da conta corrente que alguns investidores deixam programadas para a caderneta de poupança, há um sazonal aumento nos depósitos no último dia útil do mês.

O ano de 2015 também encerrou com saque líquido recorde de R\$ 53,568 bilhões na poupança. O único mês que registrou captação líquida positiva foi dezembro, com R\$ 4,790 bilhões (tabela 1), quando houve uma injeção de recursos provenientes do recebimento do 13.º salário pelos trabalhadores. Os anos de 2013 e 2014 fecharam com saldo positivo, de R\$ 71,048 e R\$ 24,034 bilhões, respectivamente.

TABELA 1 - SALDO LÍQUIDO DA CADERNETA DE POUPANÇA -
JAN 2015-JAN 2016

MÊS	SALDO (R\$ MILHÕES)
Jan./2015	-5.529
Fev./2015	-6.264
Mar./2015	-11.438
Abr./2015	-5.851
Mai./2015	-3.199
Jun./2015	-6.261
Jul./2015	-2.454
Ago./2015	-7.502
Set./2015	-5.293
Out./2015	-3.264
Nov./2015	-1.303
Dez./2015	4.790
Jan./2016	-12.032

FONTE: BANCO CENTRAL

A evasão de recursos da poupança é decorrente da piora no cenário econômico, com baixo nível de atividade e recessão, aumento do desemprego, inflação elevada, deterioração na renda do trabalhador, alta taxa de juros e crescente endividamento das famílias, além de maiores gastos com tarifas e combustível. Somam-se a estes fatores a concentração de pagamentos de impostos no mês de janeiro, como IPVA e IPTU, e gastos com matrícula e material escolar.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

Além disso, apesar de ser um investimento com baixo risco e liquidez imediata, a caderneta de poupança tem se mostrado menos atrativa que outros investimentos, como os que são atrelados ao dólar e aos juros, entre eles os fundos de renda fixa e tesouro direto, mesmo considerando a isenção de Imposto de Renda.

A remuneração da poupança, atualmente, é de 0,5% ao mês mais a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial (TR), visto que a Selic está em 14,25% ao ano. Pela regra vigente, o rendimento será equivalente a 70% da taxa básica de juros, quando esta ficar abaixo de 8,5% ao ano. Em 2015, os recursos aplicados na caderneta de poupança tiveram valorização de 8,15%, abaixo da inflação, que fechou o ano em 10,67%. Segundo os cálculos da consultoria Econômica, descontada a inflação, a poupança registrou uma perda de poder aquisitivo da ordem de 2,28%.

A fuga dos recursos da caderneta de poupança tem impacto direto nos financiamentos imobiliários, dado que a modalidade é a principal fonte de financiamento imobiliário do país, por meio do SBPE. Pelas regras, os bancos devem destinar 65% dos saldos da poupança para o crédito imobiliário. Isto posto, com menos dinheiro na poupança, a oferta de crédito para tal se reduziu.

Conforme dados divulgados pela Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o volume de empréstimos para aquisição e construção de imóveis com recursos oriundos da poupança despencou 63,9% em janeiro de 2016, comparado ao mesmo período de 2015. Neste ano, foram destinados R\$ 3,295 bilhões para este fim, ante R\$ 9,135 bilhões em janeiro de 2015 (tabela 2). Na comparação entre janeiro de 2016 e dezembro de 2015 – com recursos de R\$ 4,768 bilhões –, a retração foi de 30,9%.

TABELA 2 - VOLUME DE EMPRÉSTIMOS PARA AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS COM RECURSOS DA POUPANÇA - JAN 2015-JAN 2016

MÊS	VOLUME (R\$ MILHÕES)
Jan./2015	9.135
Fev./2015	6.448
Mar./2015	8.488
Abr./2015	9.249
Mai./2015	5.590
Jun./2015	5.874
Jul./2015	5.957
Ago./2015	5.867
Set./2015	5.411
Out./2015	4.700
Nov./2015	4.093
Dez./2015	4.768
Jan./2016	3.295

FONTES: ABECIP

No final do mês de fevereiro, a Caixa Econômica Federal informou que não iria liberar financiamentos na linha de crédito pró-cotista, que utiliza recursos do FGTS para financiar imóveis de até R\$ 750 mil – um dos requisitos para esta modalidade é ter no mínimo três anos de trabalho sob regime do FGTS e ter saldo na conta do FGTS com, no mínimo 10% do valor do imóvel –, pois já havia usufruído, nos primeiros meses do ano, todo o orçamento, de R\$ 700 milhões, previsto para todo o ano de 2016. Este valor equivale a apenas 12% do valor que a Caixa emprestou, no ano passado, na mesma modalidade.

No dia 26 de fevereiro, o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) anunciou que serão liberados R\$ 21,7 bilhões em crédito para o setor habitacional este ano. Deste total, R\$ 11 bilhões irão para as linhas tradicionais de habitação, sendo R\$ 8,2 bilhões destinados à linha de crédito pró-cotista, a uma taxa de 8,66% ao ano. O restante, R\$ 10 bilhões, será investido na compra de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), a uma taxa de juros de 7,5% ao ano, junto aos bancos, públicos ou privados, que estruturarão a operação e emitirão o papel.

AGROINDÚSTRIA

Agroceres Pic investirá em Laranjeiras do Sul

A Agroceres PIC alocará R\$ 50 milhões na construção de duas granjas de suínos, nos municípios de Laranjeiras do Sul (Região Centro-Sul Paranaense) e Itabirito (MG). Estima-se que essas unidades entrem em funcionamento no próximo ano. *Joint-venture* entre Agroceres (fabricante de ração para animais e sementes de milho) e PIC, companhia de capital britânico, a empresa dedica-se à melhoria genética de suínos. Entre o volume planejado de investimentos, R\$ 20 milhões serão destinados para a produção de sêmen suíno.

A parceria conta com duas unidades em funcionamento no país, em Fraiburgo (SC) e Presidente Olegário (MG)

AGROCERES investirá R\$ 20 milhões. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 jan. 2016. Empresas, p.B10.

COMÉRCIO

Walmart fecha 13 estabelecimentos no Paraná

A rede varejista de capital estadunidense Walmart, que opera sob diversas bandeiras, fechou 13 estabelecimentos no Paraná entre o fim de dezembro e o início de janeiro. A contração abrangeu lojas em Curitiba, Londrina, Maringá, Paranaguá, Pinhais, Ponta Grossa, Toledo e Umuarama, e faz parte de plano de desativação de aproximadamente 60 lojas no país. O grupo reunia 544 lojas antes do presente ciclo de fechamentos.

Foram demitidos 252 funcionários, de acordo com registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado, em Curitiba. A companhia substituiu o presidente das operações no Brasil em janeiro, a terceira mudança na posição nos últimos três anos. A companhia pretende encerrar o processo de integração das redes varejistas que controla: Walmart, Sam's Club, BIG, Nacional, Mercadorama, Bompreço e Todo Dia.

SANT'ANA, Jessica. Walmart demite 252 funcionários no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 jan. 2015. p.30.

WALMART troca o presidente no Brasil e deve fechar 60 lojas. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 jan. 2015. Empresas, p.B4.

INDÚSTRIA

Inaugurada fábrica da Secil em Adrianópolis

A Secil inaugurou oficialmente, na segunda quinzena de dezembro, sua unidade de produção de cimento em Adrianópolis (Região Metropolitana de Curitiba). A empresa de capital português investe no Brasil desde 2011, quando adquiriu metade do controle da Supremo Cimento, que possuía unidade de processamento de cimento e concreto em Pomerode (SC) e mina de calcário em Adrianópolis. No ano passado, a Secil concluiu o processo de aquisição e iniciou as operações da planta paranaense.

A empresa opera no setor há 85 anos e alocou aproximadamente R\$ 900 milhões no empreendimento, que será capaz de processar 1,7 milhões de toneladas de cimento anualmente.

QUINTÃO, Chiara. Secil mantém sua aposta de longo prazo no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 dez. 2015. Empresas, p.B1.

* Elaborado com informações disponíveis entre 02/12/2015 e 29/02/2016.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Carolina Laticínios é vendida para General Mills

Sediada em Ribeirão Claro, no Norte Pioneiro, a Carolina Laticínios foi vendida à companhia estadunidense General Mills. Fundada em 1969, a Carolina produz mais de 20 produtos derivados de leite, e detém capacidade de processamento diário superior a 150 toneladas.

A General Mills adquiriu a Yoki Alimentos em 2012 e atua em diversos segmentos da indústria alimentícia, mas ainda não havia investido na fabricação local de iogurtes. A empresa opera em 70 países e controla três marcas internacionais de iogurtes: Liberté, Mountain High e Yoplait.

DONA da Häagen-Dazs compra fabricante dos iogurtes Carolina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 dez. 2015. p.26.

GENERAL Mills compra. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 dez. 2015. Empresas, p.B1.

Volkswagen implanta nova linha de produção em São José dos Pinhais

A linha de produção da planta da Volkswagen em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) foi modernizada, mediante a incorporação de 168 novos robôs, mais rápidos, precisos e energeticamente eficientes. A atualização dos equipamentos faz parte do plano de investimentos da companhia para suas unidades brasileiras no período de 2014 a 2018. Estima-se que a montadora alojará R\$ 10 bilhões nesse quinquênio.

O novo maquinário permite que a mesma linha monte modelos da família Fox, produzidos nesta fábrica desde 2003, um modelo do Audi A3 e, desde o início deste ano, nova versão do *hatchback Golf*.

SILVA, Cleide. Empresa inicia produção do Golf nacional. **O Estado de S. Paulo**, 21 jan. 2016. Economia, p.B13.

Vitao alimentos amplia fábrica

A Vitao Alimentos investiu R\$ 3,8 milhões na ampliação de sua unidade industrial no município de Balsa Nova (Região Metropolitana de Curitiba). A expansão foi motivada pelo sucesso da incorporação de derivados de cacau à sua linha de produtos. Fabricados desde 2011 pela empresa, os preparados que utilizam cacau representam 8% de seu faturamento anual. Planeja-se elevar em 50% o volume produzido nesse segmento, ao longo de 2016.

Fundada em 1998, a Vitao alcançou faturamento de R\$ 80 milhões no ano passado. A maior parte de seu portfólio compreende biscoitos e granola.

FRANCO, Anna Paula. Nova linha de chocolates adoça crise. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jan. 2016. p.21

Aker Solutions inaugurará planta em São José dos Pinhais

A Aker Solutions, fabricante de equipamentos para exploração de petróleo e gás, inaugurará em abril sua planta no município de São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). A construção do complexo demandou investimento de R\$ 258 milhões, sendo que R\$ 200 milhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A empresa de capital norueguês está implantada no Paraná desde 1978, com unidade na Cidade Industrial de Curitiba – a ser desativada com a abertura da nova fábrica. Nas novas instalações, de aproximadamente 60 mil metros quadrados, planeja-se a produção dos elementos eletrônicos dos equipamentos de seu portfólio, em particular dos intrincados conjuntos de válvulas denominados árvores de natal molhadas. Dessa forma, o grau de nacionalização dessas máquinas tende a superar 70%. Presentemente, esse índice gravita em torno de 60%.

JASPER, Fernando. Fornecedor de pré-sal, Aker inaugura nova fábrica em abril. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 fev. 2016. p.20.

SERVIÇOS

Catallini planeja construção de novo terminal

A operadora de tanques para armazenamento de cargas líquidas Cattalini Terminais Marítimos planeja a construção de novas instalações – capazes de receber 230 mil metros cúbicos. O novo complexo será implantado ao sul de Paranaguá, em município a ser anunciado.

A companhia pretende, ainda, instalar um terminal para diversas modalidades de carga em Pontal do Paraná (Região Metropolitana de Curitiba) e construir – em parceria com a VTTI, companhia de capital holandês – um terminal de petróleo bruto.

PIRES, Fernanda. Cattalini desenvolve novo terminal no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 jan. 2016. Empresas, p.B2.

Plano de investimentos da Copel PREVÊ alocação de R\$ 3,15 bilhões em 2016

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) planeja inversões de R\$ 3,15 bilhões no ano corrente, sendo que os setores de geração e transmissão aplicarão R\$ 1,7 bilhão e o de distribuição será responsável por investimentos de R\$ 570 milhões.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu parâmetros de qualidade na prestação do serviço e de hígidez financeira para a renovação do contrato de concessão, por 30 anos, estabelecida em dezembro. A Copel estima que alcançará as metas estipuladas. Com o intuito de reduzir o número de vezes que cada consumidor fica sem energia e a extensão de tempo dos desligamentos, a companhia planeja a construção de 3 mil quilômetros de redes de distribuição e 30 subestações. A empresa implantará, ainda, aproximadamente 1.500 religadores automatizados. Entre 2016 e 2018 serão aplicados R\$ 500 milhões no fortalecimento da distribuição em áreas rurais do Estado, onde os indicadores de continuidade são piores.

JASPER, Fernando. Copel planeja investir em 2016 R\$ 3,15 bilhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jan. 2016. p.21.

JASPER, Fernando. Metas de qualidade ficam mais brandas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2016. p.23.

Hotel Rayon reabre após investimento de R\$ 7 milhões

Fechado em 2014, o Hotel Rayon voltou a operar sob a bandeira Ramada, controlada pelo Wyndham Hotel Group. O estabelecimento recebeu investimento de aproximadamente R\$ 7 milhões. Sediado nos Estados Unidos, o grupo Wyndham controla, globalmente, cerca de 7,4 mil hotéis. A companhia planeja reunir, nos próximos 15 anos, 45 hotéis com a marca Ramada.

ANTIGO Rayon, de Curitiba, será o primeiro Ramada do Sul do país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jan. 2016. p.17.

FRANCO, Anna Paula. Ramada quer recuperar alma do Hotel Rayon em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 jan. 2016. p.22.

Cargill planeja construção de píer no Porto de Paranaguá

A divisão de *commodities* agrícolas da Cargill, companhia de capital estadunidense, pretende renovar o acordo de arrendamento de terminal no porto de Paranaguá. O presente contrato, com prazo de 15 anos, expirará em março. A empresa propôs à Secretaria dos Portos a prorrogação do arrendamento por igual período, mediante a construção de píer - no qual teria prioridade na movimentação de cargas. Uma vez que o píer encontrar-se-á em um porto público, a Cargill não terá exclusividade na sua utilização.

Estima-se que a obra demandará investimento de R\$ 350 milhões e elevará em 10 milhões de toneladas o volume de grãos embarcados em Paranaguá. Atualmente, a companhia exporta 3,5 milhões de toneladas pelo porto.

BARROS, Bettina. Cargill deve investir R\$ 350 milhões em novo píer no porto de Paranaguá. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jan. 2016. Empresas, p.B10.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 ⁽¹⁾	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016 ⁽²⁾	26 306	148 782	5 656	30 408	835 552	27 478	47 335	65 845	1 391

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 ⁽¹⁾	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016 ⁽²⁾	669 720	50 973 608	76 112	382 466	685 971	1 794

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015 ⁽¹⁾	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016 ⁽²⁾	73 606	168 269	2 286	130 245	3 540 730	27 185	2 453 696	15 427 236	6 287

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015 ⁽¹⁾	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016 ⁽²⁾	5 443 421	18 457 138	3 391	2 663	156 165	58 643

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) Há três safras de feijão ao longo do ano. A estimativa de 2016 compreende, por enquanto, duas delas. Somente a primeira das duas safras de tomate consta nesta estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2015

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 ⁽¹⁾	3 651 564	336 996	611 183
Janeiro	311 431	24 523	47 513
Fevereiro	288 778	24 479	44 661
Março	291 177	24 778	47 834
Abril	294 354	27 509	51 181
Maio	310 240	30 235	54 339
Junho	279 793	28 933	51 017
Julho	321 628	30 429	56 571
Agosto	298 737	29 042	52 441
Setembro	308 489	30 971	52 154
Outubro	328 427	30 375	53 541
Novembro	305 165	26 359	50 117
Dezembro	313 345	29 331	49 813
2015 ⁽¹⁾	2 981 437	215 760	509 454
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058
Julho	356 162	24 589	63 163
Agosto	337 640	24 076	57 824
Setembro	333 332	26 465	56 881

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2016

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015 ⁽¹⁾	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 715
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 463	36,21	15 681	1,21	1 293 853
Outubro	539 378	45,84	137 840	11,71	488 869	41,55	10 585	0,90	1 176 672
Novembro	444 235	44,09	122 511	12,16	430 755	42,75	10 085	1,00	1 007 586
Dezembro	499 408	44,04	160 363	14,14	464 807	40,99	9 301	0,82	1 133 880
2016 ⁽¹⁾	443 764	50,92	95 671	10,98	324 272	37,21	7 724	0,89	871 431
Janeiro	443 764	50,92	95 671	10,98	324 272	37,21	7 724	0,89	871 431

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2016

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015 ⁽¹⁾	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 839	- 3 169 795
Fevereiro	852 614	1 033 043	- 180 428	12 092 231	14 932 173	- 2 839 942
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 518 673	460 295
Abril	1 383 229	1 043 216	340 013	15 156 275	14 666 063	490 211
Maio	1 252 947	1 077 261	175 686	16 769 183	14 010 831	2 758 351
Junho	1 703 988	1 236 981	467 007	19 628 438	15 099 376	4 529 062
Julho	1 537 437	1 172 766	364 672	18 533 066	16 146 430	2 386 635
Agosto	1 415 715	1 020 095	395 619	15 485 353	12 794 393	2 690 960
Setembro	1 293 853	1 090 034	203 819	16 148 183	13 202 278	2 945 905
Outubro	1 176 672	979 633	197 039	16 048 987	14 053 112	1 995 874
Novembro	1 007 586	876 578	131 008	13 806 365	12 608 646	1 197 719
Dezembro	1 133 880	735 868	398 011	16 783 231	10 543 234	6 239 998
2016 ⁽¹⁾	871 431	737 545	133 886	11 245 552	10 322 951	922 601
Janeiro	871 431	737 545	133 886	11 245 552	10 322 951	922 601

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2015

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																		
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	120,8	120,5	124,5	120,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	129,8	109,3	117,9	117,0
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	130,8	109,4	118,0	117,3
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	94,7	83,1	94,8	104,1
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	124,2	97,4	97,8	96,6
Móveis	100,00	107,3	103,3	97,1	109,1	86,4	87,0	86,9
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	118,2	137,1	106,8	107,1	105,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	130,1	124,1	140,9	138,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	146,4	105,6	88,3	74,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	58,0	62,9	58,0	59,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	128,9	113,3	122,8	131,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	123,5	107,2	114,5	114,5

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																				
	Maio/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15
Combustíveis e lubrificantes	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	138,4	132,4	130,3	123,1	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2	122,6	123,0	111,2	113,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	121,0	121,8	157,2	118,7	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4	111,9	121,0	111,5	146,3
Hipermercados e supermercados	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	121,4	122,3	158,7	119,3	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6	112,2	121,4	112,3	148,2
Tecidos, vestuário e calçados	127,3	99,6	100,4	103,8	93,1	101,2	106,0	169,0	95,8	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9	81,7	88,0	86,7	153,1
Móveis e eletrodomésticos	108,8	96,2	101,2	102,2	102,3	110,7	115,1	147,9	95,9	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2	85,4	93,1	101,3	124,4
Móveis	96,2	83,3	92,3	88,9	94,0	103,8	102,8	134,3	80,4	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0	70,2	76,6	84,0	105,4
Eletrodomésticos	119,6	107,1	109,1	113,6	109,8	117,2	125,8	160,0	108,9	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8	98,0	106,9	115,7	140,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	151,2	142,1	156,1	147,6	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8	150,7	153,6	152,6	171,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	51,4	50,2	118,5	73,1	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7	60,7	43,5	39,3	103,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	59,6	53,3	81,4	83,8	77,8	84,2	78,4	94,6	69,8	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,1	62,8	65,2	66,3	69,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	140,8	152,1	246,1	137,6	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	125,3	113,7	137,0	136,2	208,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	121,8	122,5	157,6	115,9	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,6	108,3	115,9	110,1	143,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2015

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																	
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Maió/14	Jun./14
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	91,4	94,6	95,4	92,8	102,3	87,5
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	78,0	81,3	87,7	93,6	104,0	95,2
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4	78,4
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1	116,4
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	94,6	83,7	101,0	94,3	87,6	95,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2	102,9
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,1	97,8	78,1	87,4	107,9	101,1
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	106,5	107,5	104,2	109,4	109,4	110,2	87,8
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	108,8	113,9	118,9	106,1	119,1	107,6
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	97,3	93,1	93,0	90,4	94,1	87,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	95,0	105,0	104,0	103,9	105,4	70,7
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	115,6	104,3	96,2	80,4	100,6	77,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7	55,5
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1	76,4

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																		
	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maió/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15
Indústria de transformação	104,5	105,7	101,0	107,1	98,7	86,8	88,3	81,5	81,0	91,3	91,2	92,9	93,8	92,8	93,3	93,7	91,8	83,2	73,5
Produtos alimentícios	107,1	113,4	103,4	113,9	96,0	80,5	94,3	73,7	72,9	89,9	98,0	103,3	109,0	99,8	113,6	102,2	100,6	88,1	80,9
Bebidas	99,0	95,5	107,0	115,5	115,9	136,5	103,4	123,6	105,1	116,4	94,6	88,3	86,8	89,8	93,1	107,7	116,1	121,7	97,8
Produtos de madeira	123,4	130,2	126,9	131,1	126,1	117,8	119,7	118,5	110,1	125,2	121,9	127,9	127,5	120,1	133,0	122,2	118,6	112,0	99,5
Celulose, papel e produtos de papel	98,8	99,8	106,1	113,9	112,4	118,6	110,0	105,2	92,6	109,7	103,5	105,1	110,9	110,5	119,0	106,8	116,3	118,9	121,8
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	107,9	109,7	104,0	106,5	99,6	86,3	95,5	74,9	82,5	96,3	96,2	103,8	103,7	96,7	93,3	110,8	102,5	90,3	95,2
Outros produtos químicos	111,7	120,4	104,8	111,0	99,8	101,3	97,7	109,0	88,5	85,7	92,2	106,8	105,2	116,1	103,4	118,4	105,6	72,9	69,0
Produtos de borracha e de material plástico	102,9	106,6	113,2	119,8	117,1	89,5	97,6	98,8	93,0	104,4	95,8	105,2	102,8	97,1	98,5	98,9	103,6	96,8	76,5
Minerais não metálicos	118,6	114,3	107,8	107,0	104,9	98,9	89,8	90,4	84,1	102,0	91,7	98,7	90,1	84,8	96,9	90,3	93,1	83,9	71,3
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	102,3	103,9	102,7	104,3	99,9	85,9	87,3	85,0	84,3	94,5	90,2	92,5	85,2	87,6	87,6	86,8	94,0	94,5	64,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	102,8	110,2	114,9	126,6	127,2	109,4	92,8	106,1	110,4	116,3	94,6	97,6	80,3	86,1	93,4	87,5	95,6	85,1	61,1
Máquinas e equipamentos	110,6	106,3	89,3	119,2	103,6	73,3	89,8	97,7	101,6	107,5	101,4	93,2	77,5	92,7	90,7	96,3	89,0	80,3	50,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	92,4	85,4	85,1	81,2	76,3	66,3	55,5	54,1	60,0	58,4	63,2	53,8	64,2	70,6	54,6	53,2	51,3	48,2	34,1
Móveis	92,8	95,8	99,5	108,8	108,9	92,9	76,2	89,0	76,3	91,5	84,4	78,4	69,6	69,9	69,7	70,3	72,4	76,4	66,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2015

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	1 974	5,6
Abril-junho 2012	1 926	5,3
Julho-setembro 2012	1 989	4,6
Outubro-dezembro 2012	1 947	4,3
Janeiro-março 2013	2 004	4,9
Abril-junho 2013	1 999	4,5
Julho-setembro 2013	2 043	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 038	3,7
Janeiro-março 2014	2 071	4,1
Abril-junho 2014	2 044	4,1
Julho-setembro 2014	2 057	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 115	3,7
Janeiro-março 2015	2 109	5,3
Abril-junho 2015	2 060	6,2
Julho-setembro 2015	2 053	6,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de agosto de 2015.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2016

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
Jan. 2016	771	1 412	- 3 617	2 453	53	2	1 074

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2010-2014

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2010	225 211	...	3 885 847	...
2011	256 974	4,5	4 373 658	3,9
2012	285 206	0,1	4 805 913	1,9
2013	332 837	5,6	5 316 455	3,0
2014 ⁽³⁾	358 544	0,8	5 687 308	0,1

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais e do Sistema de Contas Nacionais (referência 2010).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

